

COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO DE INVESTIMENTO DIRETO DA CHINA EM MOÇAMBIQUE NO SETOR DE INFRAESTRUTURA¹

Cardoso Domingos Andrade²

RESUMO

A China constitui este setor como sua prioridade de cooperação. Para tal, pressupõe-se que investir na infraestrutura é dar visibilidade ao país tanto interno como externamente rumo ao desenvolvimento e crescimento econômico. Neste artigo pretende-se investigar a ação de investimento direto da China em Moçambique na área de infraestrutura de 2010 a 2021 no âmbito da Cooperação Sul – Sul. Para isso, interessa identificar quais são os impactos e ganhos substanciais do investimento chinês para a sociedade moçambicana, para depois, fazer uma análise crítica em torno daquilo que se percebe como autonomia e soberania de Estado na tomada de decisões na cooperação entre os dois países. A investigação utiliza a pesquisa qualitativa bibliográfica na abordagem interpretativa. Com os achados, a pesquisa culmina apontando: se os investimentos não se transformarem de fonte de sustentabilidade e de geração de impactos positivos na vida da população, será inútil toda a cooperação que o país fizer.

Palavras-chave: China - relações econômicas exteriores; Cooperação Sul-Sul; infraestrutura (Economia); Moçambique - relações econômicas exteriores.

ABSTRACT

China sets this sector as its priority for cooperation. For this, it is assumed that investing in infrastructure is to give visibility to the country both internally and externally towards development and economic growth. This article aims to investigate the action of China's direct investment in Mozambique in the area of infrastructure from 2010 to 2021 in the context of South-South Cooperation. To this end, it is important to identify the impacts and substantial gains of Chinese investment for Mozambican society, and then make a critical analysis of what is perceived as autonomy and state sovereignty in decision-making in the cooperation between the two countries. The research uses qualitative bibliographic research in the interpretive approach. With the findings, the research culminates pointing out: if the investments do not become a source of sustainability and generation of positive impacts on the lives of the population, all the cooperation that the country does will be useless.

Keywords: China - foreign economic relations; infrastructure (Economy); Mozambique - foreign economic relations; South-South Cooperation.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

² Bacharelado em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, é quase impossível falar de um país que não coopera com outros países. Neste artigo pretende-se investigar a ação de investimento direto da China em Moçambique na área de infraestrutura de 2010 a 2021 no âmbito da Cooperação Sul – Sul. Para isso, interessa identificar quais são os impactos e ganhos substanciais do investimento chinês para a sociedade moçambicana, para depois, fazer uma análise crítica em torno daquilo que se percebe como autonomia e soberania de Estado na tomada de decisões na cooperação entre os dois países, tal como se sabe, na cooperação internacional não existem favores, ou seja, toda relação entre os dois países ou mais, implica no jogo de interesses.

Depois da segunda guerra mundial, as relações internacionais são marcadas por grandes mudanças, particularmente no âmbito de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) enquanto a ideia de promover o avanço econômico e social entre as nações. Neste período algumas nações como, Turquia, Índia, China, Brasil e África do Sul estavam se beneficiando das reformas políticas e econômicas internas, e como países receptores de ajuda no passado estavam vivendo uma experiência de desenvolvimento dos seus programas de cooperação no sistema internacional.

Nesse período os países em desenvolvimento, em particular os do continente africano, estavam atravessando baixo índice de investimento externo para o desenvolvimento, o que falhou com doadores tradicionais, conhecidos como grandes potências mundiais, pós-guerra fria. Neste intervalo surgem os países emergentes (BRICS) a China, Brasil, Índia e a África do Sul como novos doadores e trazendo uma nova modalidade de cooperação internacional. Os BRICS, passam a se apresentar para outros países em vias de desenvolvimento, dos quais estão os países africanos, agora como parceiros de uma modalidade diferente da cooperação do Norte-Sul.

A China como os demais países (emergente) que compõem a cooperação Sul-Sul, eles chegam com ideia de propor possíveis soluções para combater a pobreza, os problemas de pobreza, saúde, educação, infraestrutura, deficiência institucional, dívida externa, deterioração dos termos de troca no comércio internacional, baixo índice de investimento externo direto (IDE) e de carência alimentar, que há anos é observado como o fracasso do ocidente em solucionar através da cooperação Norte-Sul (STOLTE, 2015; ALDEN, 2013; ABDENUR; FONSECA, 2013). Para simbolizar “a nova era de cooperação” com a África, são arquitetados novos arranjos diplomáticos, alguns dos quais válidos até hoje, como é o caso do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fórum de Macau (HON ET AL., 2010).

É neste sentido que as linhas que se seguem procura-se apontar como a China vem desenvolvendo cooperação com os países africanos, especialmente Moçambique ao longo dos tempos. Para o efeito, a escrita do texto justifica-se na necessidade investigar a cooperação China Moçambique, como uma contribuição acadêmica nas Relações Internacionais a partir de uma percepção crítica-reflexiva considerando os debates propostos de forma geral no contexto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Por outro lado, busca-se evidenciar como o investimento chinês na sociedade moçambicana vem transformando alguns setores, como é o caso do setor estudado aqui: setor de infraestruturas, bem como a sua relevância na vida da população moçambicana.

Assim sendo, o texto encontra-se dividido em quatro seções quando não contadas a introdução e as considerações finais. Na primeira fez-se uma breve contextualização histórica-metodológica, depois procurou-se trazer um debate em torno do conceito Cooperação Sul-Sul como forma de construir as bases teóricas desta pesquisa. Já na terceira seção, buscou-se aprofundar o debate em torno da cooperação entre a China e Moçambique no setor de infraestrutura e por último, foi tecida uma crítica-reflexiva a partir do que se percebe como uma cooperação desigual.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O TEMA DA PESQUISA E MARCO METODOLÓGICO

“A África é uma terra de oportunidade... negócio e oportunidades estão lá, o crescimento está lá e a população também está lá”

Presidente Macky Sall
Senegal, janeiro de 2014.

Esta frase foi retirada do Africa Progress Report de maio de 2014. A partir desta frase pode-se evidenciar como o continente africano é uma terra fértil e despertar interesses expansionistas mesmo depois da libertação colonial do seu território. Isto é: continua sendo interessante para qualquer tipo de cooperação diante do Ocidente. No mais, esta frase aplica-se aos países africanos que são arrastados ou fazem “voluntariamente” cooperação com os programas de fomentos e investimentos ocidentais e do atual gigante asiático (China), como é o caso de Moçambique. O país vem recebendo várias propostas de investimento de diversos

países do mundo que vêm mostrando interesse em investir, não só na infraestrutura, mas também em várias áreas para o desenvolvimento local (BANZA, 2017).

Falando de Moçambique que é o objeto desta investigação, faz-se necessário apresentar aos leitores de que lugar/país se trata. Dito isso, Moçambique na qualidade de país, resulta da divisão do continente africano pelas potências europeias na Conferência de Berlim de 1884 a 1885. Antes da conferência, era um território habitado por povos de diferentes reinos/impérios Serra (2000, p.186).

O país está localizado na costa oriental, a sul do Equador, na região da África Austral. Moçambique faz fronteira com sete países, a saber: ao Norte faz limite com a Tanzânia, a oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbábue, ao sul faz fronteira com a África do Sul e a Suazilândia; localizado no Oceano Índico. Foi colônia português depois da divisão do continente africano, sendo que se levantou contra a ocupação colonial portuguesa aos 25 de setembro de 1964 (CHICHAVA, 2010).

O levante caracteriza a luta armada conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que se configurou como: a luta pela libertação do país nas mãos da tirania europeia. Dentro desse quadro, têm-se como principal líder desse movimento o Eduardo Chivambo Mondlane (primeiro presidente da FRELIMO), e, após a sua morte, Samora Moisés Machel coordenou a frente até à Proclamação da Independência a 25 de junho de 1975. É bom lembrar que Moçambique contou com apoio de muitos países para alcançar a Independência nacional.

Segundo Januário (2019, p. 14),

Com o surgimento do nacionalista por parte dos moçambicanos, união dos primeiros movimentos Políticos sendo UNAMI, UDENAMO e MANU, contribuíram numa forma estratégica para a criação do movimento único, que deu origem à FRELIMO no dia 25 de junho de 1962. Depois da unificação das Forças da Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO, definiu-se como objetivo prioritário, a consolidação da Unidade Nacional como instrumento base para a organização e unificação de todos os Movimentos que se encontravam a soldos no território Moçambicano. Deste modo, o Eduardo Mondlane, que naquela época era um Professor Universitário nos Estados Unidos da América e funcionário das Nações Unidas, acabou se tornando o Principal Dirigente e mentor da FRELIMO, fundada como resultado da unificação dos Três Movimentos Nacionalistas.

Muito embora a intenção de unificar os movimentos, observa-se que mais adiante, isto é, nas vésperas da Proclamação da Independência, ou seja, depois da independência alguns membros aderem outros movimentos/partidos. Tem-se o caso daqueles que se alistaram para: Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e Movimento Democrático Moçambicana (MDM). Diante disso, a RENAMO surge como o maior partido de resistência em Moçambique,

partindo da razão da má governação da FRELIMO. Conforme a literatura que trata do conflito armado moçambicano, refere a RENAMO como o fruto da traição da FRELIMO à independência nacional, com o seu modelo de governo que se baseava no socialismo marxista leninista, essa tese foi defendida por André Matsangaisse fundador do movimento e mais tarde por Afonso Dhlakama, o presidente do mesmo movimento desde 1979 a 2018, e, atualmente, o partido é liderado pelo: Ossufo Momade (FERNANDO, 2021; MAMBO, 2022).

Com as independências do jugo colonial, os países africanos esperavam muitas vantagens da liberdade, por sua vez tiveram que voltar a viver grandes e terríveis desafios, como a construção de Estados-Nação, a democracia, os conflitos interétnicos, guerras internas, dentre outros. O desentendimento entre os dois partidos (FRELIMO e RENAMO), mergulhou o país numa guerra civil que decorreu há 16 anos. Como consequência, o país vai viver uma desestabilidade social, econômica e política (BARBOSA, 2021),

Olhando para este cenário, é importante levantarmos um questionamento: qual é o impacto negativo e positivo do investimento chinês, e ganhos para a sociedade moçambicana entre os anos 2010 a 2021?

Para este questionamento, entende-se como hipóteses: a atuação chinesa em Moçambique não só, mas, como no continente africano, tem suscitado reações diversas na comunidade internacional. Para o lado positivo a china foi um braço fundamental para a contribuição do crescimento econômico ao qual Moçambique vem atravessando com um grande investimento chinês na infraestrutura. Por outro lado negativo, voltamos a afirmar que onde existe cooperação ou mesmo investimento de um país para com outro, não existe ganhos iguais, e é bem verdade que o maior sai vencendo que é o caso da china em Moçambique como o operacionalizador do investimento

Dito isso, a compreensão do processo de cooperação entre os dois países cientificamente, faz-se necessário uma abordagem metodológica específica. Assim sendo, do ponto de vista da metodologia, a investigação utiliza a pesquisa qualitativa bibliográfica na abordagem interpretativa (MORESI, 2003; TEODORO ET AL, 2018).

Para Silveira e Córdova (1991, p. 58),

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Segundo Teodoro et al (2018, p. 2),

A descrição interpretativa pode ser compreendida como um método que fornece uma direção metodológica aos pesquisadores das ciências, para conduzir a elaboração de questões de pesquisa voltadas para aspectos práticos dessas áreas de conhecimento, bem como, a entrada no campo de maneira lógica, sistemática e justificada, e a criação de uma análise de dados de modo que o engajamento do pesquisador com os dados torne possível uma interpretação do contexto estudado para além do óbvio.

Esta abordagem, consiste na caracterização, na compreensão e na explicação de um determinado assunto ou fenômeno, tomando como problema para o planejamento e na determinação da magnitude de suas limitações e possibilidades.

Visto que a investigação é de natureza bibliográfica, leituras e fichamentos foram os principais instrumentos de coleta de dados. Para o efeito, além dos textos físicos, fez-se buscas nos repositórios digitais, tais como: SciELO, Portal de periódicos da Capes e no Sistema de Bibliotecas da Unilab (SIBIUNI). As pesquisas dentro dessas plataformas, fez-se a partir dos principais conceitos que norteiam esta investigação.

Dessa forma, para a redação deste texto foi considerado duas etapas fundamentais: seleção dos textos nos repositórios digitais relacionados com a temática desta investigação. Para tanto, os textos *Cooperação chinesa para o desenvolvimento: o caso de Moçambique* de Bambo e Schor (2022); *Brasil e China em Moçambique: cooperação internacional para o desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XXI* de Bambo (2021); e, *Relações sino-africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em perspectiva* de Barbosa (2021), foram úteis na coleta e sistematização dos dados primários relativamente o investimento chinês na infraestrutura em Moçambique.

A fase seguinte foi feita a interpretação dos dados (no caso: as informações relativamente ao investimento chinês na infraestrutura na sociedade moçambicana), com base nos conceitos e o campo teórico que orienta esta investigação.

3 COOPERAÇÃO SUL – SUL: ALGUNS APONTAMENTOS TEÓRICOS

Olhando para a Cooperação Sul-Sul (CSS), precisa-se lembrar da a Conferência de Bandung em 1955, pelo qual trouxe nova ideia de cooperação para os países da Ásia e do continente africano no período colonial e pós-colonial, trazendo novas ideias com relação à cooperação regional e para o próprio sistema internacional. A conferência aconteceu em abril de 1955 em Bandung, na Indonésia, e teve participação de 29 líderes da Ásia e do continente africano para debater sobre questões como cooperação econômica, autodeterminação,

descolonização e paz, capitaneada pelos líderes da China, Indonésia, Índia, Paquistão e Mianmar (PISETA, 2019).

Segundo Lumumba-Kasongo (2015), o principal objetivo da conferência seria apoiar as reivindicações relacionadas à multipolaridade, em que a ideologia e a geopolítica teriam um papel essencial para a reconfiguração da política internacional que vigorou durante a Guerra Fria. O encontro dos países, que são considerados periféricos africanos e asiáticos, trouxe aos líderes oportunidade de voz, que estavam silenciadas para que fossem ouvidas de uma maneira igualitário, sem nenhuma imposição e né condição, entre os Estados fortes considerados centro, e os Estados fracos considerados periféricos no sentido econômico e político. Em pleno as tensões entre os Estados Unidos, e a União Soviética, e pouco intensidade com a China.

Neste período, alguns países ocidentais como Estados Unidos, Reino Unido e França se mostraram resistentes à conferência. Amitav Acharya (2014) ressalta que os Estados Unidos receavam que a conferência fosse instrumentalizada pela China para aumentar o prestígio dos comunistas entre os países que ainda não haviam formalmente se comprometido com o bloco ocidental ou com o bloco comunista. Os temores de que a Conferência de Bandung enfraqueceria valores universais, contudo, eram completamente infundados, revelando, na realidade, apreensões afeitas às rivalidades e maniqueísmos geopolíticos do conflito bipolar da Guerra Fria.

Percebe-se que as maiores potências mundiais estavam com medo de perder prestígio ou valores tradicionais ou melhor ocidentais que poderia vir a ser substituída pelos ideais comunistas. Segundo Piseta (2019), afirma que na conferência de Bandung, firmaram-se os 10 princípios de Bandung. Marcavam principalmente a não-interferência, o não-alinhamento e a necessidade de articulação para reduzir as desigualdades do sistema internacional, tal como se pode observar a quadro abaixo.

Quadro 1 - Os 10 princípios da conferência de Bandung

Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Adaptação de PINO, Bruno Ayllón. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). IN: IPEA.

Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (2014).

A conferência Afro-Asiática foi um caso emblemático para os países do sul global ou conhecidos como países do terceiro mundo, a conferência é considerada um marco para o surgimento e organização da cooperação sul-sul. foi por intermédio dela que os países do sul global foram encorajados a ter relações de cooperação entre si. De acordo com Leite (2011, p.57) “a Conferência de Bandung foi responsável pela formação de uma primeira identidade própria dos povos do Terceiro Mundo, que não se confundia com a plataforma ideológica quer do bloco capitalista quer do bloco socialista”.

A partir disso, está-se em altura de trazer breves considerações teóricas em torno da CSS propriamente dita. Como referido anteriormente, a Conferência de Bandung desempenha um papel fundamental para o debate da CSS, uma vez que abre precedentes para se pensar uma outra lógica de *savoir faire* que não olha mais o Ocidente como a principal referência, mas, que é possível a partir de alteridade reconhecer que existe outras formas de se relacionar. É neste contexto, que se pode dizer que: a CSS nasce de fato.

A Cooperação Sul-Sul se refere à cooperação técnica entre países em desenvolvimento no Sul Global. É uma ferramenta usada por Estados, organizações internacionais, acadêmicos, sociedade civil e setor privado para compartilhar conhecimento, habilidades e iniciativas de sucesso em áreas específicas, como desenvolvimento agrícola, direitos humanos, urbanização, saúde, mudança climática etc. (JUNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015).

Para Edmondson (2010) entende que as cooperações Sul-Sul e solidária são categorias sociais que reivindicam a construção de uma nova ordem mundial econômica que tenha como eixo central a humanização das sociedades. No início da formação CSS, era guiado por princípios de descolonização e o não-alinhamento. a partir dos anos 1970, alguns países da América do Sul e da África subsaariana começaram a tomar partida de se envolver, de forma muito crente com a agenda proposta para os países em via de desenvolvimento, ao fomentar a

cooperação política, econômica e técnica entre os países do terceiro mundo. desenvolvimento. A Cooperação Sul-Sul passa a ser paulatinamente institucionalizada no âmbito da ONU, sobretudo com a Conferência de Buenos Aires de 1978.

Pereira e Medeiros (2015, p. 15), falam que:

O Plano de Ação de Buenos Aires, resultado das discussões realizadas nessa conferência, desenvolve o conceito de cooperação técnica baseado na reciprocidade e horizontalidade, instrumentalizada através do intercâmbio de conhecimentos, informações, tecnologias e técnicas de gestão em políticas públicas nas áreas de educação, saúde, agricultura, entre outras. O ano de 1978 é um marco na Cooperação Sul-Sul pois pela primeira vez foram elaborados conceitos e princípios de maneira conjunta entre os países periféricos, colocando em destaque a ideia de que a prática social de um país pode ser replicada em outros países e gerar desenvolvimento. (PINO, 2014, p. 66). No sentido de instrumentalizar, organizar e promover a prática da Cooperação Sul-Sul, foi criado o Comitê de Alto Nível para a Cooperação Sul-Sul (órgão subsidiário da Assembleia Geral da ONU), que se tornou uma importante entidade normativa em matéria de cooperação entre países em desenvolvimento.

O Encontro estruturou os princípios sobre os quais a cooperação entre países em desenvolvimento, ou cooperação Sul-Sul (CSS), tem se desenvolvido ao longo dos últimos anos. Na CSS, os países compartilham boas práticas e experiências entre si, para a superação de desafios comuns, nos seus respectivos processos de desenvolvimento econômico e social. A Conferência de planos de ação de Buenos Aires, foi o primeiro passo inicial conjunto para sistematização da cooperação para o desenvolvimento entre os países do Sul global. Os países do Sul global se unem com o intuito de se desprender. O diálogo político entre os países em desenvolvimento enalteceu ainda a necessidade de uma maior articulação entre os mesmos, a fim de reduzir as assimetrias do sistema internacional (AYLLÓN, 2009).

A Cooperação Sul-Sul tem a China como uma potência mundial ou melhor segunda maior potencial mundial, e ao mesmo tempo considerada como país emergente, e China e outros países como: Brasil, Índia e África do Sul (BRICS), são protagonistas dentro da Cooperação Sul-Sul. Existe um fundamento na cooperação Sul-Sul, que marca o discurso da mesma, como é reforçado por Corrêa (2010, p. 91).

Os operadores da cooperação entre países em desenvolvimento são enfáticos quando indicam a solidariedade como seu elemento motivador e desvinculado de interesses outros que não a promoção do desenvolvimento, posicionamento em contraponto às condicionalidades e direcionamentos que permeiam a ajuda oficial ao desenvolvimento dos países desenvolvidos.

Esta característica é um princípio que norteia essa nova modalidade de cooperação para o sul global. No entanto, em certos tempos, os governos se consideram como donos dos seus

próprios destinos, dependendo de como a evolução do processo de cooperação e investimento se dá nas escolhas políticas, econômicas e sociais do doador e receptor.

4 INVESTIMENTO CHINÊS EM MOÇAMBIQUE NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

A história de relações Moçambique entre República China, se enquadra no contexto da busca por Moçambique de alternativas de emancipação política face à colonização portuguesa. O negar do Ocidente em dar apoio em material bélico durante a Luta de Libertação Nacional (1964 - 1974) e guerra civil (1976 - 1992) conduziu Moçambique a se alinhar ao bloco socialista, no qual encontrou todo o apoio necessário (material bélico, combustível e bens de consumo) até a independência em 1975 e depois. É no contexto do cruzamento entre conflito, miséria e solidariedade com vista à emancipação política, econômica e social que devem ser enquadradas as relações de amizade e cooperação entre Moçambique e China em particular, e com os demais países.

As relações diplomáticas foram formalmente estabelecidas a 25 de junho de 1975, assim que Moçambique obteve a independência da colonização portuguesa. Em novembro de 2006, Moçambique tornou-se o décimo terceiro país africano a ser adicionado à lista oficial dos destinos turísticos da China. Nessa relação de cooperação entre a China e Moçambique foram às áreas da economia, infraestrutura, tecnologia, agricultura, educação e desportos, partindo do princípio de que um se sobrepõem como investidor e o outro como recorrido presente artigo tem como finalidade analisar o investimento direto da China em Moçambique entre 2000 e 2010, há mais razões a se acreditar, quando se trata de investimento direto de um país emergente que disputa no mercado internacional como uma potência mundial. E o outro país que a trajetória é marcada por uma história de conflitos e guerras civis e instabilidades políticas.

Segundo Sambo (2022, p. 165),

Para a China, a construção de infraestrutura constitui o pilar da sua estratégia para o desenvolvimento dos seus parceiros. Várias são as razões que têm sido apresentadas na literatura como possíveis justificativas da estratégia de cooperação chinesa em infraestrutura em Moçambique.

Pode-se observar que: além das necessidades que os países parceiros da China têm para o a melhoramento de suas infraestruturas³, a própria China constitui este setor como sua prioridade de cooperação. Para tal, pressupõe-se que investir na infraestrutura é dar visibilidade ao país tanto interno como externamente rumo ao desenvolvimento e crescimento econômico. Por um lado, tem-se a importância deste setor no país investido, por outro, a confirmação da presença chinesa nestes territórios materializada no investimento e na oferta de mão de obra. Isto é: a China investindo e executando.

A China se envolve de uma forma muito significativa na maior parte das construções e infraestrutura de prestígios em Moçambique. Dessa forma, tal como bambo (2022, p. 171), aponta:

O início do século XXI foi caracterizado pela acelerada progressão e sedimentação de investimentos chineses nas infraestruturas de Moçambique. Beneficiando-se dos preços competitivos praticados por suas empresas nos concursos de construção de infraestruturas públicas e de transportes e comunicações, da mão-de-obra de baixo custo, materiais de construção baratos e apoio político, a China tornou-se um dos países mais influentes em Moçambique ao considerarmos o setor de infraestrutura. Em quase todos os editais do subsetor de infraestruturas de transportes e comunicações anunciados pelo governo moçambicano, mesmo aqueles sob o financiamento do Banco Mundial, as empresas chinesas têm sido as vencedoras.

Neste período Moçambique fez parte de oito países africanos que mais ajuda recebiam da China, tendo estes países recebido mais de 80% dos empréstimos chineses concedidos à África, o segundo maior parceiro da China, depois de Angola, no seio dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e o quarto no seio dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), depois do Brasil, Portugal e Angola (CHICHAVA, 2012).

Como a ascensão da China exigiu que o país pensasse em termos de seu soft power, o governo chinês prestou cada vez mais atenção à diplomacia pública. A China construiu, ao longo dos anos, uma estratégia global e também desenvolveu ferramentas de influência sofisticadas, que ela emprega em todo o mundo. Essas ferramentas se enquadram, segundo Kurlantzick (2007, p.62), num incremento na diplomacia pública. Percebesse que o Soft Power chinês, que inclui ferramentas econômicas na discussão, assim como no que se refere aos princípios chineses, mais atraentes para os país do continente africano como "paz e harmonia", "governança bem envolvente", "respeito pela virtude" e "harmonia sem suprimir diferenças".

³ Considerando os contextos que os países africanos de língua oficial portuguesa, as guerras coloniais e civis, no caso de Angola e Moçambique, são fatores preponderantes que justificam a necessidade de melhoramento nas suas infraestruturas.

3.1 AÇÕES DA CHINA EM MOÇAMBIQUE NO SETOR DE INFRAESTRUTURA

Conforme mencionado anteriormente, as relações entre a China e Moçambique tem uma tradição histórica longínqua, entretanto, o início dos anos 2000 vai ser determinante para um olhar mais abrangente e globante da China para Moçambique (CHICHAVA, 2012; BAMBO, 2022, SCHOR, 2022), entre várias ações e/ou projetos que a China apresenta o interesse de cooperar, o setor de infraestrutura aparece como um de suas preferências para investir no país africano. Tal como pode-se observar nos quadros a seguir.

Quadro 1 - Investimentos chinês de 2006 a 2008 no setor de infraestrutura em Moçambique

Projeto de investimento	Empresas executora	Ano da execução
Centro de Conferência Internacional Joaquim Chissano;	Anhui Foreign Economic Construction Co (AFECC)	2006
Ministério da Juventude e Desporto, o Ministério do Turismo, Ministério da Função Pública, Palácio da Justiça; Construção de Maputo Shopping;	China National Complete Plant Import & Export (CNCPIE) e	2007
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	AFECC	2008

Fonte: adaptado a partir de dados de Bambo e Schor (2022) N/I- Não Identificado.

Durante o período de 2006 a 2008, além de outros setores investidos pela China em Moçambique, como é o caso de setor de comércio e mineralogia desde os anos de 2000 (SANT'ANNA, 2008), é possível notar um investimento considerável no setor da infraestrutura, através de construções de edifícios de grande relevância para o país, tal como aparece na figura acima. Por exemplo: as obras realizadas em 2007, que ajudaram na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo, no que diz respeito a espaços de lazer (CHICHAVA, 2012; BAMBO; SCHOR, 2022).

Dentro desse quadro Sant'anna (2008), aponta o período de 2006 a 2008 como de grandes transformações sociais fruto do investimento chinês na infraestrutura que permitiu gerar oportunidades de emprego no país. Aqui pode-se destacar a construção do Maputo Shopping, percebido como um dos maiores centros de empregabilidade na região metropolitana de Maputo. Assim, a periodização feita acima, marca o marco de uma nova era do investimento chinês em Moçambique de forma englobante e abrangente.

Roque e Alden (2012) afirma, que depois de ter terminado a guerra que durou 16 anos, terminada em 1992, que deixou as infraestruturas, a economia e situação social do país

destruídas. Neste sentido, Moçambique precisava de edificar novos edifícios para fazer operar suas instituições e de infraestruturas sociais e econômicas para chegar e aumentar a dinâmica da economia do país, para além de melhorá-las.

No período que se segue, observa-se outra fase do investimento chinês no país. Entretanto, tal como na primeira fase, destaca-se a forma peculiar pela qual a China tem investido em outros países, sobretudo africanos no caso de Moçambique. Em que no setor de infraestrutura, o investimento não é apenas na monetária, mas também, na mão de obra. Em outras palavras: ele investe e ao mesmo tempo “executa” o dinheiro investido com as suas empresas.

Quadro 2 - Investimentos chinês de 2010 a 2021 no setor de infraestrutura em Moçambique

Projeto de investimento	Empresa executora	Ano da execução
Procuradoria-Geral da República; Construção do Hotel Glória; Reabilitação do Hotel Polana	Não identificada	2010
Complexo residencial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique;	AFECC	2012
Posto Policial	Não identificada	2013
Estádio Nacional de Futebol de Zimpeto; Edifício do conselho de Ministros e reabilitação da Presidência da República;	AFECC; não identificada	2014
5.000 casas	AFECC	2015
Casas para oficiais dos Serviços de Inteligências e Segurança do Estado; Ponte Maputo-KaTembe	AFECC; China Road and Bridge Corporation (CRBC);	2018
		2021
Sistema de abastecimento de água	Não informada	Não informado

Fonte: adaptado a partir de dados de Bambo e Schor (2022) N/I- Não Identificado.

Segundo Bambo (2022), a república popular da China participou e se envolveu em construções de edifícios de destaque como: para gabinetes da Assembleia da República moçambicana, inaugurado em 2000 com custos estimados de US\$20 milhões, construiu, em 2003, o Centro de Conferência Internacional Joaquim Chissano, com um investimento de US\$5 milhões, em 2004, edificou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, com um orçamento de US\$12 milhões, o complexo residencial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, com fundo de US\$7 milhões, construiu casas para oficiais dos Serviços de

Inteligências e Segurança do Estado, além de uma cidadela de classe média, contendo 5 mil casas no subúrbio de Maputo, e a Vila Olímpica do Zimpeto, com 848 apartamentos.

Os indicativos acima evidenciam o quanto a China tem investido de forma significativa neste país africano na infraestrutura (MABUCANHANE, 2015; BARBOSA, 2021), por um lado tem-se a concretização de uma das missões da política externa chinesa - investir na infraestrutura dos países parceiros, por outro, observa-se que o investimento chinês em Moçambique através de construção de novas infraestruturas, permite o país se projetar internacionalmente e atrair outros investimentos estrangeiros (CHICHAVA, 2012; MABUCANHANE, 2015; BARBOSA, 2021; BAMBO; SCHOR, 2022).

Entretanto, diante deste investimento, existe a necessidade de problematizar as implicações institucionais na cooperação entre ambos os países. Como se sabe, desde o século passado, a China vem investindo nos países do Sul global, sobretudo africanos, sem medir os esforços. Outrossim, a forma como o país asiático expande o seu *Soft power* nos territórios africanos, percebe-se como uma forma de neocolonialismo nestes territórios. N'Krumah (1967) em seu livro “Neocolonialismo – Último Estágio do Imperialismo”, o autor buscou explicar que o neocolonialismo nada mais é que um nível avançado e adaptado de imperialismo. A prática promovida pelo neocolonialismo, precisa parecer como um meio capaz de elevar a área econômica do território local, mas no fundo é bem claro que a finalidade é para manter a economia das nações desenvolvido.

4 ALGUNS APONTAMENTOS CRÍTICO-REFLEXIVO EM TORNO DA COOPERAÇÃO CHINA MOÇAMBIQUE NA PRÁTICA

A partir das observações feitas ao longo da pesquisa com a proposta do tema central, olhando para o que a história aponta na primeira fase da cooperação Moçambique – China (1975 – 1999), passando por algumas mudanças no ambiente institucional em Moçambique consequente de umas mudanças do modelo econômico e político até desaguar na nova era de cooperação Moçambique – China (desde os anos 2000).

Moçambique sendo um país em vias de desenvolvimento tem muitas razões para aceitar o investimento estrangeiro no seu país, e com isso possibilita um mercado de oportunidade como construção civil, recursos minerais, comércio o que permite muitos países com as mesmas características de Moçambique a receber investimento no seu país para o desenvolvimento. É claro que o impressionante crescimento chinês depende do resto do mundo, na atualidade a

China é o país que mais cresce no mundo, ela tem se ampliado de modo muito agressivo no cenário regional e internacional.

O seu potencial militar tem contribuído para o incremento de sua influência internacional, pois o país detém um enorme exército (evidente no país mais populoso do mundo), além de possuir um numeroso e diversificado arsenal bélico, como bombas atômicas e mísseis, o país domina tecnologias espaciais, é fabricante de satélites artificiais e foguetes. A China vem acumulando poder econômico e político tanto regional como internacional, seu poderio militar, econômico e tecnológico tem influenciado outros países. No cenário internacional os países africanos se tornaram o maior campo de investimento para a China.

Em Moçambique, é bom lembrarmos que a China sempre foi aliada de Moçambique, ao se destacar na primeira constituição de Moçambique em 1975, período da vigência do socialismo, no seu artigo 22 o seguinte:

A República Popular de Moçambique (RPM) consolida e desenvolve a solidariedade com os países socialistas, seus aliados naturais, solidariedade forjada na luta pela independência nacional. A RPM estabelece e desenvolve relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas e progressistas do mundo (BOLETIM DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1975).

Nota-se que as relações entre os dois países foram alicerçadas desde a independência, ao passar dos anos os chineses investiram em várias áreas, entretanto se destacou mais na área de infraestrutura. Ao caminhar com a nossa pesquisa observamos que o gigante asiático optou por cooperar e investir em um país como Moçambique, trazendo para si uma imagem positiva no sistema internacional. É claro que em Moçambique o “dragão” asiático como denomina o autor Chichava, tem vendido uma imagem de bom investidor, ao investir em áreas que são visíveis na comunidade moçambicana, como é o caso da ponte Maputo-Katembe.

A ponte Maputo-Katembe foi o maior empreendimento da China em Moçambique, que trouxe grande impacto para os moçambicanos, existe um Katembe antes e depois da construção da ponte, antes um Katembe esquecida, e depois um Katembe alegre e vibrante logo a conclusão da ponte. É bem verdade que essa ponte trouxe e aumentou a qualidade de locomoção da população que vive no distrito de Katembe, ao mesmo tempo trouxe um custo muito alto para a população moçambicana no geral (BAMBO; SCHOR, 2022), a Ponte Maputo-Katembe, localizada na baía de Maputo. Inaugurado em 2018, este projeto foi orçado em US\$726 milhões, dos quais 85% financiado através do crédito concessionário do Exim-Bank da China, a ser pago num período de 20 anos.

Ao observarmos quanto a China investiu e quanto os moçambicanos irão pagar à China, a pergunta que fica é: Como a população moçambicana vai pagar e por quais meios? Isso traz-nos a ideia de que, desde que foi assinado esse acordo da construção da ponte, a cada moçambicano que nasce em Moçambique já nasce devendo a China por 20 anos, sobrecarrega a vida do moçambicano, no que se diz, falta de emprego, salário magro e uma vida cotinga no geral. Outra questão que fica no ar é: o que a China ganha com tanto investimento em Moçambique? É uma questão que deixa o pesquisador sem nenhum caminho ao tentar buscar uma resposta para essa questão, é bem verdade que Moçambique possui matéria prima que interessa o gigante asiático como também a China possui tecnologia para explorar os recursos existentes. Entretanto, os questionamentos suscitados fato, não estão aí para serem respondidos, mas, para gerar reflexões que possam contribuir para este debate.

Assim, sabe-se que existe autonomia entre os Estados. E, os acordos que Moçambique faz com a China é visto na literatura como algo consciente entre ambos os países. No entanto, o país africano aparece aqui como sendo arrastado pelo gigante asiático (China). Um fato observado desde os tempos remotos dessa cooperação, isto é: desde as épocas das independências africanas, no caso lusófonas particularmente de Moçambique, até atualmente, a China sempre esteve presente cooperando a partir daquilo que é percebido aqui como valioso (matéria-prima) para o desenvolvimento tecnológico e econômico chinês.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, a China vem estendendo a sua influência no mundo através de *soft power*. Com isso se quer dizer que, vários países do mundo “beneficiam” do investimento chinês, sobretudo no setor de novas tecnologias de informação, isto é, para os países ditos do Norte global, e, infraestruturas aqueles circunscritos como do Sul global. Assim, no contexto do continente africano, cooperar e/ou a cooperação chinesa acaba por ser considerado de *mainstream* por parte de muitos países africanos.

Ao longo deste texto, foi possível verificar como a China vem estendendo a sua influência em Moçambique, transformando-se no maior investidor no país. Muito embora o texto tenha-se limitado em observar a cooperação entre ambos no setor de infraestrutura, a literatura consultada, mostra como o gigante asiático vem investindo também em outros grandes setores determinantes para o desenvolvimento econômico e social da sociedade moçambicana. Isso leva a afirmar que o período investigado, consolida o processo de investimento chinês no país.

Dessa forma, as figuras apresentadas no texto evidenciam este investimento em particular no setor da infraestrutura de forma significativa, mas sem benefícios diretos para a população, com exceção da ponte de Maputo-Katembe que se configura como um dos maiores investimento visível e palpável. Isto é, a ponte permite hoje, o tráfego de pessoas e bens de primeira necessidade para a população daquela região.

Em suma, a título de desfecho do texto, e não do debate sobre a temática, pode se afirmar que a China tende a continuar investir em Moçambique, mas, a preocupação continua sendo como o povo beneficiará de forma concreta neste processo de cooperação, visto que, a falta de transparência ou um portal de transparência no país impossibilita o povo de acompanhar os acordos que o país assina com outros países o caso particular da China.

Por isso, por mais que outros países invistam em Moçambique, se os investimentos não se transformarem de fonte de sustentabilidade e de geração de impactos positivos na vida da população, será inútil toda a cooperação que o país fizer.

REFERÊNCIAS

BAMBO, Tomé Fernando; SCHOR, Adriana. Cooperação chinesa para o desenvolvimento: o caso de Moçambique. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, v. 47, n. 255, 2022.

BAMBO, Tomé Fernando. **Brasil e China em Moçambique: cooperação internacional para o desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XXI**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Victor Tavares. **Relações sino-africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em perspectiva**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

CORREA, Marcio Lopes. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: entre a hegemonia e a busca de autonomia**. Brasília, DF: Edição do Autor, 2010.

EDMONSON, Locksley. África e as regiões em via de desenvolvimento. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ed.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília:Unesco, 2010, p. 1003-1051.

FERNANDO, Celestino Taperero. O Outro Lado da História de Moçambique: Surgimento da Renamo entre (1977 A 1992) como Alternativa para Construção da Democracia Multipartidária e Identidade Moçambicana. Revista Eletrônica **História em Reflexão**, v. 15, n. 29, p. 194-211, 2021.

KURLANTZICK, Joshua. "Charm Offensive: How China's Soft Power is Transforming the World". Nova Iorque: Vail-Ballou Press, 2007

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observatório Político Sul-Americano** (IESP/UERJ). 2012.

LUMUMBA-KASONGO, Tukumbi. Rethinking the Bandung conference in an Era of ‘unipolar liberal globalization’ and movements toward a ‘multipolar politics. **Bandung: Journal of the Global South**, v. 2, n. 1, p. 1-17, 2015.

MABUCANHANE, Nelson Laura. A nova era de cooperação Moçambique-China: debates, dilemas, realidades e perspectivas de políticas institucionais. **Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica**, n. 7, 2015.

MUIANGA, Maria; NORFOLK, Simon. Investimento Chinês no sector florestal Moçambicano. **IIED Country report. London: IIED**, 2017.

NKRUMAH, K. **Neocolonialismo**: ultimo estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PISETA, Ivan. Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: independência ou complementaridade? politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>. Acesso em: 10. julho. 2020

SANT'ANNA, Nanahira de Rabelo. A China e os "PALOP": uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos países de língua oficial portuguesa. 2008.

SERRA, Carlos. **História de Moçambique Vol. I**: Parte I-Primeiras Sociedades Sedentárias e Impacto dos Mercadores, 200-300-1885. Parte II-Agressão Imperialista 1886-1930. Editora Livraria Universitária-UEM, Maputo, 2000, 508 p.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. “A pesquisa científica”. In: GERHARD, Tatiana Engel & SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira (Coord.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

TEODORO, Ilara Parente Pinheiro et al. Descrição interpretativa: uma abordagem metodológica viável para a pesquisa em enfermagem. **Escola Anna Nery**, v. 22, 2018.

RAMANZINI, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro. As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira In: RAMANZINI, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais/organização**. 2015.

ROQUE, Paula; ALDEN, Chris. China em Moçambique: Prudência, compromisso e colaboração. **A Mamba eo Dragão. Relações Moçambique-China em perspectiva. Maputo and Johannesburg: IESE/SAIIA**, p. 11-32, 2012.

VADELL, Javier Alberto; LOPES, Bárbara; CARDOSO, Daniele. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional**, v. 8, n. 2, p. 81-99, 2013.